

**JORNAL DO BRASIL**

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*MARCOS SÁ CORRÊA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo***Pá de Cal**

A perda da condição de constituintes não libera os congressistas para as piores práticas do clientelismo parlamentar. Pelo contrário, a circunstância de ser o mandato obtido na mesma eleição implica para os deputados e senadores a responsabilidade de honrá-lo na atividade legislativa. A Constituinte conseguiu resistir às seduições fisiológicas que estavam ao alcance da oportunidade casuística.

O nível de esclarecimento político no acompanhamento dos trabalhos da Constituinte não poderá permitir que se repita o velho truque de intimidar a sociedade para inibir as críticas ao mau comportamento parlamentar. Não teria mais o mesmo efeito o raciocínio de que o pior dos congressos é sempre melhor do que qualquer ditadura. Não será mais por aí. A opinião pública já está em condições de exigir a mudança. A nova consciência está certa de que a melhor defesa do regime democrático são a crítica leal e a repulsa à imoralidade em matéria de interesse público.

A Comissão Mista de Orçamento, com 60 membros, é neste primeiro momento a parte ativa do Congresso. Todas as atenções estão fixadas nos senadores e deputados que a integram, pois é a volta ao exercício de um poder essencial a ser exercido pelo Congresso em nome da sociedade. As modificações no Orçamento da União para o próximo ano valem por um teste.

Do ponto de vista da moralidade pública é também grande a responsabilidade do Congresso que, no regime constitucional anterior, foi — para dizer o mínimo — descuidado no trato de dinheiros públicos. Todas as vezes que a opinião pública externava crítica ou indignação — conforme o caso — era inevitável a desculpa esfarrapada de que o escândalo abalava a credibilidade democrática.

Agora, não. A melhor defesa do regime democrático passou a ser a denúncia prévia do mau comportamento. Assim que deputados e senadores fraquejarem diante da tentação, a sociedade deve alertá-los para o perigo de não serem reconduzidos na próxima eleição. A Comissão Mista escorregou perigosamente na sua primeira decisão: restabele-

ceu, como se fosse prerrogativa democrática, as subvenções sociais que vinculam o nome do parlamentar ao beneficiário. Nada a ver com a democracia, por mais que a extinção das verbas possa ser suspeita de ato premeditado do Executivo para comprometer o Legislativo.

A Comissão Mista agiu com espírito de revanche: restabeleceu o privilégio de utilizar verba orçamentária para praticar o clientelismo que pouco vale eleitoralmente e, do ponto de vista moral, é comprometedor do nível em que ainda se pratica a democracia entre nós. Não poderia ser diferente, a partir do raciocínio que balizou a decisão. O presidente da comissão, deputado Cid Carvalho, sustentou que a aceitação do corte pela Comissão Mista implicaria concordância com o critério de que as verbas “são estranhas ao processo parlamentar”. São infelizmente íntimas de um processo parlamentar que deve ser abolido para sempre, a fim de que o processo político não volte atrás nem para tais expedientes.

Não melhora o aspecto moral nem político a circunstância de que a Comissão Mista foi buscar os recursos nos fundos sociais que o Executivo utiliza com a mesma finalidade. Se o Congresso estivesse realmente renovado teria extinto todos os hábitos clientelísticos — fosse do Executivo, fosse do Legislativo. As finalidades sociais precisam com urgência deixar de atender aos interesses eleitorais. A opinião democrática continua à espera de um ato de firmeza moral por parte do Congresso, nesta retomada das suas prerrogativas.

Só fica faltando a pá de cal na malfadada iniciativa de aumentar os ganhos do mandato representativo (como expediente para ressarcir as perdas da abolida isenção do imposto de renda). Por enquanto houve apenas um ato de pudor, que descartou para melhor oportunidade ao ato de reposição da diferença. A nação tem direito a atos de coragem moral e política que sepultem para sempre o clientelismo e tudo que, parecendo favorecer a reeleição de cada um, derrota a credibilidade do Congresso e prepara a cova para o regime democrático.